

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT

**PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO
INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(PMGIRS)**



VOLUME IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ANO DE 2024

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE (ANTT). **Resolução ANTT n° 420**, de 12 de fevereiro de 2004. Aprova as instruções complementares ao Regulamento do transporte terrestre de produtos perigosos. Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Resolução ANA n° 79**, de 14 de junho de 2021. Aprova a norma de referência n° 1 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias.

_____. **Resolução ANA n° 187**, de 19 de março de 2024. Aprova a norma de referência n°7/2024 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre as condições gerais para a prestação direta ou mediante concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.

ALMEIDA, F.F.M. de. & HENNIES, W.T. **Reconhecimento Geológico da Serra do Roncador, Estado do Mato Grosso**. Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia, São Paulo, 1969. v.18(1): 23-30.

ALMEIDA, F.F.M. de. **Geologia do Sudoeste Matogrossense**. B. Div. Geol. Mineral. Dep. Nac. Prod. Min., Rio de Janeiro, no 116, 1945. 118p.

ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. (2004). **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n° 306**, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União, de 10 de dezembro de 2004. Brasília: ANVISA.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10157**: Aterros de resíduos perigosos - Critérios para projeto, construção e operação – Procedimento. Rio de Janeiro, 1987.

_____. **NBR 11174**: Armazenamento de resíduos classes II – não inertes e III - inertes. Rio de Janeiro, 1990.

_____. **NBR 8419**: Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos – Procedimento. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **NBR 12235**: Armazenamento de resíduos sólidos perigosos. Rio de Janeiro, 1992

_____. **NBR 12980:** Coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos – Terminologia. Rio de Janeiro, 1993.

_____. **NBR 9190:** Sacos plásticos para acondicionamento de lixo. Rio de Janeiro, 1993.

_____. **NBR 13463:** Coleta de resíduos sólidos. Rio de Janeiro, 1995.

_____. **NBR 13591:** Compostagem – Terminologia. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **NBR 8843:** Aeroportos - Gerenciamento de resíduos sólidos. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **NBR 13896:** Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **NBR 9191:** Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – requisitos e métodos de ensaio. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 7500:** Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10004:** Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 10005:** Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólidos. 2004b.

_____. **NBR 10006:** Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos. 2004c

_____. **NBR 10007:** Amostragem de resíduos sólidos. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 13221:** Transporte terrestre de resíduos. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 15112:** Resíduos da construção civil e resíduos volumosos – Áreas de transbordo e triagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR ISO 9001.** Sistemas de gestão da qualidade – requisitos. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **NBR 15113:** Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes -

Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 15849:** Resíduos sólidos urbanos – Aterros sanitários de pequeno porte – Diretrizes para localização, projeto, implantação, operação e encerramento. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **NBR 7501:** Transporte terrestre de resíduos perigosos - terminologia. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR 15292:** Artigos confeccionados: vestimenta de segurança de alta visibilidade. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **NBR 12809.** Resíduos do serviço de saúde – gerenciamento de resíduos de serviços de saúde intraestabelecimento. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **NBR 12808.** Resíduos do serviço de saúde - classificação. Rio de Janeiro, 2016.

_____. **NBR 9735.** Conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos. Rio de Janeiro, 2016.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE CIANORTE – APROMAC. **Guia básico: Gerenciamento de óleos lubrificantes usados ou contaminados.** 2005.

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS. AMM. 2023.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2010.

BESEN, G. R. Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. **Tese de Doutorado.** Programa de Pós-graduação em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF. Senado Federal, 1988.

_____. **Lei Federal nº 6.938,** de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1981.

_____. **Lei Federal nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Lei Federal nº 9.974**, de 06 de junho de 2000. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2000.

_____. **Decreto nº 4.074**, de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2002.

_____. **Lei Federal nº 11.445**, de 05 de janeiro de 2007. Institui a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB). Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2007.

_____. **Lei Federal nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2010.

_____. **Lei Federal nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1971.

_____. **Decreto Lei nº 1.413**, de 31 de julho de 1975. Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1975.

_____. **Decreto Lei nº 76.389**, de 3 de outubro de 1975. Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial, de que trata o Decreto-Lei 1413, de 14 de agosto de 1975, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1975.

_____. **Portaria Minter nº 53**, de 1 de março de 1979. Estabelece que os projetos de tratamento e disposição de resíduos sólidos, bem como a fiscalização de sua implantação, operação e manutenção, ficam sujeitos à aprovação do órgão competente. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1979.

_____. **Lei Federal nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Lei do Parcelamento Urbano - Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1979.

_____. **Lei Federal nº 6.803**, de 2 de junho de 1980. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial na área críticas de poluição, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1980.

_____. **Lei Federal nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1981.

_____. **Decreto Federal nº 96.044**, de 18 de maio de 1988. Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1988.

_____. **Lei nº 7.802**, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1989.

_____. **Decreto Federal nº 875**, de 19 de julho de 1993. Promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1993.

_____. Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA) / Agência Nacional de Águas (ANA). **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Documento Base de Referência, Minuta, Revisão 01, abril/2003.

_____. **Lei Federal nº 9.503**, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 2007.

_____. **Lei Federal nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Lei de Crimes Ambientais - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1998.

_____. **Lei Federal nº 9.782**, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1999.

_____. **Lei Federal nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1999.

_____. **Lei Federal nº 10.254**, de 07 de outubro de 2001. Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 21.386.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2001.

_____. **Lei Federal nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade - Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2001.

_____. **Decreto Federal nº 4.074**, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2002.

_____. **Decreto Federal nº 5.940**, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2006.

_____. **Decreto Federal nº 6.514**, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2008.

_____. **Lei Federal nº 12.114**, de 09 de dezembro de 2009. Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2009.

_____. **Lei Federal nº 12.187**, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2009.

_____. **Decreto Federal nº 7.217**, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o

saneamento básico, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2010.

_____. **Decreto Federal nº 7.404**, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2010.

_____. **Decreto Federal nº 7.405**, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Lei Federal n.º 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 24 set. 2020.

_____. **Lei Federal nº 12.725**, de 16 de outubro de 2012. Dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília - DF, 2012. Disponível em: https://sinir.gov.br/images/sinir/Arquivos_diversos_do_portal/PNRS_Revisao_Decret_o_280812.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

_____. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Cartilha da Coleta Seletiva com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis considerações sobre o Projeto de inclusão dos catadores**. Brasília - DF, 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos - PLANARES**. Brasília - DF, 2020. Disponível em: <http://consultaspublicas.mma.gov.br/planares/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

_____. **Portaria Interministerial nº 274**, de 30 de abril de 2019. Disciplina a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos referenciados na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PSGIRS: Manual de Orientação**. Diário Oficial da União. Brasília, 2016.

_____. **Decreto Federal nº 10.240**, de 12 de fevereiro de 2020. Regulamenta a logística reversa de eletroeletrônicos domésticos em todo o território brasileiro. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2020.

_____. **Portaria nº 280**, de 29 de junho de 2020. Institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, como ferramenta de gestão e documento declaratório de implantação e operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2020.

_____. **Lei Federal nº 14.026**, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2020.

_____. **Decreto Federal nº 10.388**, de 05 de junho de 2020. Regulamenta o §1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2020.

_____. **Decreto nº 10.936**, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2022.

_____. **Decreto nº 11.414**, de 13 de fevereiro de 2023. Institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-catadoras e Pró-catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

_____. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. 1982. **Projeto RADAMBRASIL**. Geologia. Rio de Janeiro, 2022.

BARROS, A. M., SILVA, R. H. da., CARDOSO, O. R. F. A., FREIRE, F. A., SOUZA JUNIOR, J. J. de., RIVETTI, M., LUZ, D. S. da., PALMEIRA, R. C. de B., TASSINARI, C. C. G., Geologia. In: BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL**. Folha SD 21 – Cuiabá. Rio de Janeiro: MME, 1982. P. 25-192.

BARNES, D.; BLISS, P.J.; GOULD, B.W.; VALLENTINE, H.R. (1981). **Water and wastewater engineering systems**. Pitman Publishing Inc, Massachusetts, 513 p.

BEZERRA, P. E. L. et. al. **Geologia**. Projeto zoneamento das potencialidades dos recursos naturais da Amazônia legal / IBGE. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, 1990.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. **Gerência de rejeitos radioativos em instalações radiativas**. Diário Oficial da União: 17 de dezembro de 1995. (CNEN-NE-6 05)

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. **Gerência de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação**. Diário Oficial da União: 30 de abril de 2014. (CNEN-167)

CIISC - COMITÊ INTERMINISTERIAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS. **Coleta seletiva com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis**. Imprensa Nacional, 2013.

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 1986. **Resolução CONAMA nº 001**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre procedimentos relativos à Estudo de Impacto Ambiental. Brasil.

_____. 1987. **Resolução CONAMA nº 009**, 03 de dezembro de 1987. Dispõe sobre Normas Específicas para o Licenciamento Ambiental de Extração Mineral. Brasil.

_____. 1991. **Resolução CONAMA n.º 002**, de 22 de agosto de 1991. Dispõe sobre adoção ações corretivas de tratamento e de disposição final de cargas deterioradas, contaminadas ou fora das especificações, ou abandonadas.

_____. 1991. **Resolução CONAMA nº 006**, de 16 de setembro de 1991. Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos. Brasil.

_____. 1993. **Resolução CONAMA nº 005**, de 05 de agosto de 1993. Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Brasil.

_____. 1997. **Resolução CONAMA nº 237**, 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Brasil.

_____. 1999. **Resolução CONAMA nº 257**, de 30 de junho de 1999. Estabelece critérios e procedimentos para gestão de pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos. Brasil.

_____. 2001. **Resolução CONAMA nº 275**, de 25 de abril de 2001. Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva. Brasil.

_____. 2002. **Resolução CONAMA nº 307**, de 05 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Brasil.

_____. 2002. **Resolução CONAMA nº 313**, de 29 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais. Brasil.

_____. 2002. **Resolução CONAMA nº 316**, de 29 de outubro de 2002. Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos. Brasil.

_____. 2003. **Resolução CONAMA nº 334**, de 03 de abril de 2003. Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagem vazias de agrotóxicos. Brasil.

_____. 2004. **Resolução CONAMA nº 348**, de 16 de agosto de 2004. Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos. Brasil.

_____. 2005. **Resolução CONAMA nº 358**, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde. Brasil.

_____. 2005. **Resolução CONAMA nº 362**, de 23 de junho de 2005. Dispõe sobre as regras de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado. Brasil.

_____. 2008. **Resolução CONAMA nº 401**, de 04 de novembro de 2008. Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado. Brasil.

_____. 2010. **Resolução CONAMA nº 422**, de 23 de março de 2010. Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, de dá outras providências. Brasil.

_____. 2012. **Resolução CONAMA nº 450**, de 06 de março de 2012. Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado. Brasil.

_____. 2015. **Resolução CONAMA nº 469**, de 29 de julho de 2015. Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos RCC. Brasil.

CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente. 1997. **Resolução CONSEMA nº 37**, de 16 de dezembro de 1997. Disciplina o acondicionamento, o armazenamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de RSS. Mato Grosso – MT.

_____. 1998. **Resolução CONSEMA nº 6**, de 27 de março de 1998. Determinar a regularização dos aterros de curtumes, em operação de acordo com as Normas específicas elaboradas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente. Mato Grosso – MT.

_____. 1999. **Resolução CONSEMA nº 13**, de 27 de julho de 1999. Trata da disposição final das embalagens vazias de Agrotóxicos tríplex lavadas e dá outras providências. Mato Grosso – MT.

_____. 2009. **Resolução CONSEMA nº 1**, de 29 de janeiro de 2009. Trata da disposição final das embalagens vazias de Agrotóxicos tríplex lavadas e dá outras providências. Dispõe sobre a unidade volante de coleta de embalagens vazias de agrotóxicos no estado de Mato Grosso e dá outras providências. Mato Grosso – MT.

_____. 2009. **Resolução CONSEMA nº 2**, de 29 de janeiro de 2009. Dispõe sobre o armazenamento das embalagens vazias de agrotóxicos e afins nas propriedades rurais e dá outras providências. Mato Grosso – MT.

_____. 2021. **Resolução CONSEMA nº 41**, de 20 de outubro de 2021. Define as atividades e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local, fixa normas gerais de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e prefeituras municipais nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas em conformidade com o previsto na Lei Complementar nº 140/2011 e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2021.

CETESB, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, São Paulo (1978). **Técnica de abastecimento e tratamento de água**. Vol. 1, 2 ed. São Paulo.

EVANS, J.W. **The Geology of Matto Grosso, particularly the region drained by the upper Paraguai**. Q. J. Geol. Soc. London, 50 (2):85-104,1894.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sistema Brasileiro de Classificação de solos**. Parque Estação Biológica – PqEB, sn, Brasília, DF. 2006.

HENNIES, W.T. **Geologia do Centro-Oeste Matogrossense**. São Paulo, Escola Politécnica. USP, 1966. (Tese de Doutorado).

HENRIQUES, K. R. da S. et al. **Método de amostragem e caracterização descentralizada de resíduos sólidos urbanos com georreferenciamento**. Anais I ENECT / UEPB... Campina Grande: Realize Editora, 2012.

FAIR, G.M.; GEYER, J.C.; OKUN, D.A. (1973) **Purification de aguas y tratamiento V remoción de aguas residuales [Water and wastewater engineering]**. Trad. Salvador Ayanegui j. México, Editorial Limusa, v.2. 764 p

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA. **Nota Técnica Conjunta nº 01/2020/SPPI/MMA/FUNASA**. Sfucretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil**: 1996. Rio de Janeiro. 1997.

_____. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

_____. **Censo Brasileiro de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Instrução Normativa nº. 13**. 2012

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2021**. Brasília: MEC, 2021. JANUZZI, Paulo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2022**. Brasília: MEC, 2022. JANUZZI, Paulo.

INSTITUTO DE ÁGUA E SANEAMENTO (IAS). Municípios e saneamento – BETA. 2023. Disponível em <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/mt/diamantino>. Acesso em novembro de 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010.

LIPPEL. Disponível em: <https://www.lippel.com.br/trituradores-de-galhos/triturador-de-galhos-pdu-1500-me/>. Acesso em 28 de maio de 2023.

LUO, H. et al. **Recent advances in municipal landfill leachate: A review focusing on its characteristics, treatment, and toxicity assessment**. Science of the Total Environment, v. 703, 2020.

MADEIRA, J. L.; SIMÕES, C. C. da S.. **Estimativas preliminares da população urbana e rural segundo as unidades da federação, de 1960/1980 por uma nova metodologia.** Revista Brasileira de Estatística, v.33, n.129, p.3-11, jan./mar. 1972.

MATO GROSSO. **Lei Estadual nº 5.485**, de 30 de junho de 1989. Proíbe a criação, instalação de depósito de lixo atômico ou rejeitos radioativos no Estado de Mato Grosso. Cuiabá, Mato Grosso, 1989.

_____. **Lei Complementar Estadual nº 22**, de 09 de novembro de 1.992. Institui o Código Estadual de Saúde, dispõe sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no Estado, caracteriza o Sistema Único de Saúde nos níveis Estadual e Municipal e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 1992.

_____. **Lei Complementar Estadual nº 38**, de 21 de novembro de 1995. Dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 1995.

_____. **Lei Estadual nº 6.945**, de 05 de novembro de 1997. Dispõe sobre a Lei de Política Estadual e Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 1997.

_____. **Lei Estadual nº 6.378**, de 23 dezembro de 1997. Dispõe sobre a coleta de lixo hospitalar e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 1997.

_____. **Lei Complementar Estadual nº 49**, de 01 de outubro de 1998. Dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 1998.

_____. **Lei Complementar Estadual nº 73**, de 07 de dezembro de 2.000. Dispõe sobre os critérios de distribuição da parcela de receita do ICMS pertencente aos Municípios, de que tratam os incisos I e II do parágrafo único do art. 157 da Constituição Estadual e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2000.

_____. **Lei Estadual nº 7.784**, de 2 dezembro de 2002. Autoriza o Governo do Estado a instituir os Consórcios Intermunicipais Regionais para o tratamento do lixo. Cuiabá, Mato Grosso. 2002.

_____. **Lei Estadual nº 7.862**, de 19 de dezembro de 2002. Institui a Política Estadual de Resíduos. Cuiabá, Mato Grosso. 2002.

_____. **Lei Estadual nº 7.888**, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a educação ambiental, a política estadual de educação ambiental e dá outras providências. 2003.

_____. **Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso.** Mato Grosso, 2004.

_____. **Lei Complementar Estadual nº 232**, de 21 de dezembro de 2005. Altera o Código Estadual do Meio Ambiente, e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2005.

_____. **Decreto Estadual nº 7.007**, de 09 de fevereiro de 2006. Regulamenta o § 1º do art.1 da Lei nº 8.418, de 28 de dezembro de 2005. Cuiabá, Mato Grosso. 2006.

_____. **Lei Estadual nº 8.588**, de 27 de novembro de 2006. Dispõe sobre o uso, a produção, o comércio, o armazenamento, o transporte, a aplicação a fiscalização e o destino final das embalagens de agrotóxicos e resíduos, seus componentes e afins no estado de Mato Grosso, e suas normas regulamentares. Cuiabá, Mato Grosso. 2006.

_____. **Lei Estadual nº 8.876**, de 16 de maio de 2008. Dispõe sobre a coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e destinação final do lixo tecnológico no Estado de Mato Grosso, e estabelece outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2008.

_____. **Lei Complementar nº 214**, de 23 de junho de 2005. Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), possibilitando a ampliação de suas competências. Cuiabá, Mato Grosso. 2005.

_____. **Lei Estadual nº 9.271**, de 15 dezembro de 2009. Dispõe sobre a impressão de informações referentes à coleta seletiva de lixo nas sacolas plásticas. Cuiabá, Mato Grosso. 2009.

_____. **Lei Estadual nº 7.806**, de 19 de dezembro de 2009. Disciplina a Política Estadual de Resíduos Sólidos, prevendo objetivos, princípios e fundamentos básicos, diretrizes, da gestão e instrumentos dos resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso. Cuiabá, Mato Grosso. 2009.

_____. **Lei Estadual nº 9.535**, de 25 de maio de 2011. Dispõe sobre a utilização de sacolas e sacos plásticos, destinados ao armazenamento e descarte de lixos e resíduos, nas mesmas cores dos respectivos recipientes da coleta seletiva. Cuiabá, Mato Grosso. 2009.

_____. **Decreto Estadual nº 2.154**, de 28 de setembro de 2009. Aprova o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MT e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2009.

_____. **Decreto Estadual nº 1.676**, de 22 de março de 2013. Cria o Sistema Estadual de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal, e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2013.

_____. Assembleia Legislativa – ALMT. **Constituição do Estado de Mato Grosso: texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1989, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 01-1991 a 71-2014**. Cuiabá: ALMT, 2014.

_____. **Lei Estadual nº 10.131**, de 27 de junho de 2014. Dispõe que os estabelecimentos comerciais no ramo da gastronomia, bares, clubes e balneários, localizados na margem de rios, lagos e lagoas no Estado, deverão disponibilizar coletor para lixo. Cuiabá, Mato Grosso. 2014.

_____. **Decreto Estadual nº 183**, de 08 de julho de 2015. Institui as Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2015.

_____. **Lei Estadual nº 10.470**, de 14 dezembro de 2016. Dispõe sobre a obrigatoriedade da distribuição gratuita de sacolas plásticas ecológicas e oxibiodegradáveis a consumidores nos eventos em ginásios esportivos, estádios, arenas e dá outras disposições. Cuiabá, Mato Grosso. 2016.

_____. **Lei Estadual nº 10.505**, de 18 janeiro de 2017. Institui o Programa de Coleta Contínua do Resíduo Eletrônico no Estado de Mato Grosso. Cuiabá, Mato Grosso. 2017.

_____. **Lei Estadual nº 10.600**, de 26 setembro de 2017. Obriga as farmácias a receberem medicamentos e produtos farmacêuticos com prazo de validade vencido e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2017.

_____. **Lei Estadual nº 10.903**, de 07 de junho de 2019. Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental e revoga a Lei nº 7.888, de 09 de janeiro de 2003. Cuiabá, Mato Grosso. 2017.

_____. **Decreto Estadual nº 189**, de 2 agosto de 2019. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, a redistribuição de cargos em comissão e funções de confiança. Cuiabá, Mato Grosso. 2019.

_____. **Lei Estadual nº 11.020**, de 01 de outubro de 2020. Altera dispositivos da Lei nº 7.862 de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2020.

_____. **Decreto Estadual nº 697**, de 03 de novembro de 2020. Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2020.

_____. **Lei Complementar Estadual nº 699**, de 19 de julho de 2021. Altera a Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 199, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2021.

_____. **Lei Estadual nº 11.568**, de 17 de novembro de 2021. Cria o Programa de Reciclagem de Entulhos da Construção Civil e dá outras providências. Cuiabá, Mato Grosso. 2021.

_____. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS MT): Tomo I.** Organizado por Paulo Modesto Filho, Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima e José Álvaro da Silva. Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **NR – 6: Equipamento de Proteção Individual - EPI**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2018.

_____. **NR 09: Riscos Ambientais**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2022.

_____. **NR 11: Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015.

_____. **NR 12: Máquinas e Equipamentos**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2016.

_____. **NR 17: Ergonomia**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2018.

_____. **NR 24: Condições Sanitárias dos Locais de Trabalho**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2019.

_____. **NR 25: Resíduos Industriais**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

MIRANDA, L.F.R.; NEVES, F.H.; OLIVEIRA, L.B.; UHMANN, I. M. S. **Conexões eficazes na gestão de resíduos de construção e demolição: diretrizes para**

Curitiba. XV Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Maceió-AL. 2014

METCALF & EDDY (1991). **Wastewater engineering: treatment, disposal and reuse.** Metcalf & Eddy, Inc. 3. ed, 1334 p.

MONTEIRO, J. H. P. et al. Coordenação técnica Victor Zular Zveibil. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos.** Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO. **Lei orgânica do município**, de 01 de janeiro 2010. Considerada a lei mais importante, em que cada município realiza a sua própria elaboração e a mesa diretora legitima a promulgação. Diamantino, Mato Grosso. 2010.

_____. **Lei municipal nº 624**, de 30 de novembro de 2006. Altera a Lei nº 035/1982 que trata do Código de Posturas do município de Diamantino. Diamantino, Mato Grosso. 2006.

_____. **Lei municipal nº 919**, de 15 de julho de 2013. Institui o Plano Diretor do município de Diamantino e dá outras providências. Diamantino, Mato Grosso. 2013.

_____. **Lei complementar municipal nº 046**, de 29 de maio de 2018. Dispõe sobre as taxas decorrentes do exercício do Poder de Polícia e Serviços Públicos e dá outras providências. Diamantino, Mato Grosso. 2018.

_____. **Lei complementar municipal nº 051**, de 29 de maio de 2018. Dispõe sobre as taxas decorrentes do exercício do Poder de Polícia e Serviços Públicos e dá outras providências. Diamantino, Mato Grosso. 2018.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)**. Organizado por Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, Paulo Modesto Filho e Rubem Mauro Palma de Moura. Cuiabá-MT: EdUFMT, 643p. 2017.

NAGALLI, ANDRÉ. **Resíduos de construção civil – quantificação e gerenciamento**. 2ª ED. Oficina de Textos. São Paulo. 2022.

PROJETO ZONEAMENTO DAS POTENCIALIDADES DOS RECURSOS NATURAIS DA AMAZÔNIA LEGAL. Rio de Janeiro: IBGE, Dpto. Rec. Nat. Est. Ambien., 1990. 211p. Convênio: IBGE/SUDAM.

QASIM, S.R. (1985). **Wastewater treatment plants: planning, design and operation.** Holt, Rinehart and Winston, New York.

REDAÇÃO EU RECICLO. O que muda no Mato Grosso com o novo Decreto de Logística Reversa. 2023. Disponível em: <https://blog.eureciclo.com.br/o-que-muda-no-mato-grosso-com-o-novo-decreto-de-logistica-reversa/>. Acesso em 28 de maio de 2023

SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEDU-PR). **Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.** 2001.

SILVA, E.R. CARMO, E. C. L. GONÇALVES, P. BENTO, R. F. P. MATTOS. U. A. O. **Planejamento participativo para a implantação da coleta seletiva solidária no Estado** do Rio de Janeiro, RJ: Ações e resultados. In: VI Congresso Nacional de Excelência e Gestão, 2010.

SINIR - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. **Resíduos agrossilvopastoris.** 2022.

SINIR - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. **Resíduos dos serviços de saneamento básico.** 2023.

SNIS. **Glossário de Indicadores - Resíduos Sólidos – Indicadores sobre despesas e trabalhadores.** 2020.

TSUTIYA, M. T., ALEM SOBRINHO, P., **Coleta e transporte de esgoto sanitário - 1ª Edição.** São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1999.

TSUTIYA, M. T. (2004). **Abastecimento de água.** São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

VALENZUELA, J. **Tratamento de Efluentes em Indústrias.** Galvanotécnicas. Páginas & Letras. Editora e Gráfica. São Paulo, 1999.

VIEIRA, A.J. **Geologia do Centro-Oeste de Mato Grosso.** Ponta Grossa, Petrobrás, 1965 2v. (Relatório interno, 303).

VON SPERLING, M. **Princípios do tratamento biológico de águas residuárias.** Vol. 1. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. Editora UFMG. 4a ed., 472 p. 2014.

ZAINE, J. E. Mapeamento Geológico-Geotécnico por meio do Método do Detalhamento Progressivo: Ensino de Aplicação na Área Urbana do Município de Rio

Claro (SP). 149 p. **Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente)** – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.